

## RESENHA

*Franklin Ferreira*

**GEISLER, Norman. *Eleitos, mas livres: uma perspectiva equilibrada entre a eleição divina e o livre-arbítrio*. São Paulo: Vida, 2001. 284p. Tradução de Heber Carlos de Campos do original inglês *Chosen but free* (1999).**

Norman Geisler é relativamente conhecido no contexto evangélico brasileiro. Dentre suas obras traduzidas para o português encontramos: *Ética cristã* e *Introdução à filosofia: uma perspectiva cristã* (Vida Nova), *Resposta às seitas* (CPAD), *Reencarnação* (Mundo Cristão) e *Amar é sempre certo* (Candeia).

A mais recente publicação de Geisler em português é intitulada *Eleitos, mas livres: uma perspectiva equilibrada entre a eleição divina e o livre-arbítrio*. O livro tem oito capítulos principais e doze apêndices. Na primeira parte, Geisler lida com o problema da soberania de Deus e da liberdade humana, apontando as alternativas clássicas (calvinismo e arminianismo) e propondo sua visão do assunto, que ele assume como “calvinismo equilibrado” (em contraposição ao denominado “calvinismo extremado”). Seus capítulos finais tratam do “arminianismo extremado”, terminando com um apelo à moderação. Seus apêndices cobrem uma ampla gama de estudos históricos e teológicos ligados ao tema do livro.

O leitor familiarizado com temas teológicos rapidamente percebe que esse trabalho é qualquer coisa menos uma “visão equilibrada” da eleição. *Eleitos, mas livres* apresenta uma forma de arminianismo disfarçado. O livro tem três problemas principais. O primeiro é a tentativa descarada do autor de redefinir a terminologia teológica tradicional. Por exemplo, em seu entendimento, “calvinista extremado é alguém que é mais calvinista do que João Calvino (1509-1564), de cujos ensinamentos vem o termo. Visto ser

possível argumentar que João Calvino não cria na expiação limitada [...], segue-se que todos os que o fazem são calvinistas extremados” (p. 63). Ele assume que há uma descontinuidade dentro da tradição reformada, seguindo a controversa tese de R. T. Kendall (mencionado numa nota de rodapé na p. 177), mas em nenhum lugar ele interage com as refutações a essa argumentação (cf. as obras de Paul Helm, *Calvin and calvinists*, e o erudito trabalho de Joel Beeke, *The quest for full assurance*, ambos lançados pela Banner of Truth, este último a ser lançado em português)!

Em seu apêndice sobre Calvino (ap. 2), ele se concentra apenas na questão do alcance da expiação (passando por cima dos comentários de Calvino que dariam margem a uma afirmação da expiação eficaz), simplesmente ignorando todo o ensino do reformador sobre eleição e responsabilidade moral. O mais irônico é que ele também não demonstra estar em acordo com essas formulações de Calvino!

O segundo problema que o leitor perspicaz achará é um fluxo quase contínuo de caricaturas relativas à posição de seus oponentes. É elogiável a bibliografia que Geisler usa, mas em nenhum momento ele interage seriamente com suas fontes. Ele constantemente cita eruditos reformados do passado e do presente (tais como John Owen, William Ames e Jonathan Edwards, R. C. Sproul, John Piper e John Gerstner), mas muitas de suas citações são retiradas de contexto, não fazendo jus à argumentação dos escritos desses homens.

Por exemplo, em seu tratamento do entendimento de Edwards sobre o livre-arbítrio, ele cita um resumo da obra em que Edwards trata do assunto, e não a obra completa (p. ex., notas n. 2 e 5, cf. referência bibliográfica na p. 281)! Pior que isso é sua omissão em responder aos argumentos de Edwards, os quais têm sido considerados clássicos da filosofia. Parece que ele tenta responder aos argumentos de Sproul (que resume Edwards, em sua obra mencionada nas notas n. 1 e 4), e não a obra original! O leitor atento acabará por ver as posições dos eruditos citados acima sendo mal interpretadas ou falseadas. Verá ainda que as notas de rodapé, algumas vezes, não têm ligação nenhuma com a declaração que supostamente deveriam apoiar. Outro ponto importante que poderia ser mencionado é que Geisler precisou redefinir os cinco pontos do calvinismo antes que ele pudesse se denominar “calvinista moderado” (cf. cap. 7, especialmente p. 132).

O terceiro problema é uma negligência geral quanto à exegese, em favor de meras afirmações sem grande apoio nas línguas originais. Ainda que Geisler ofereça sua interpretação de muitos dos textos-chave do debate (geralmente sem considerar o contexto em que esses mesmos textos estão inseridos), poucas vezes ele interage com justiça com a interpretação

dos reformados sobre eles. Muitas vezes, as exposições dos comentaristas reformados são simplesmente retiradas do contexto! Talvez quem mais sofra com isso seja o escritor batista John Piper. Num debate tão complexo como esse não são clichês que resolverão a tensão, mas a exegese. Logo, eu recomendaria enfaticamente o estudo atento dos comentários de Romanos, Gálatas, Efésios e Hebreus, de F. F. Bruce, John Stott, William Hendriksen e de João Calvino (todos em português). O melhor que o leitor pode fazer é conferir diretamente a interpretação que esses eruditos cristãos fizeram com o próprio texto bíblico.

É revelador também que, em nenhum lugar, Geisler oferece uma definição de livre-arbítrio. Ele apenas pressupõe sua existência e passa a buscar textos bíblicos que validem sua posição (observe, por exemplo, o ap. 4). Aliás, onde, nas Escrituras, é mencionado que o livre-arbítrio faz parte da *imago Dei*?

Quando Geisler menciona os perigos práticos do “calvinismo extremado” (que num lapso lógico esquisito passa a ser rotulado como hipercalvinismo), ele simplesmente repete clichês que têm sido academicamente refutados. Ironicamente ele menciona o importante estudo de Iain Murray, *Spurgeon v. hyper-calvinismo: the battle for Gospel preaching* (Banner of Truth), mas usa-o fora do contexto, sem interagir com o conteúdo do livro.

A tentativa de Geisler em refutar aquilo que ele rotula de “armianismo extremado” é irônica. Nesse processo, ele tenta dar uma resposta à nova tendência que surgiu em certos círculos evangélicos norte-americanos, a partir do fim da década de 1980. Teólogos como Clark Pinnock e John Sanders têm defendido uma variante da teologia do processo, conhecida como “free will theism”. Eles têm afirmado que Deus nem é soberano nem tem conhecimento do futuro. Em última instância, o futuro é uma possibilidade aberta. Mas Geisler, em sua resposta ao novo movimento e, por causa de sua redefinição da soberania de Deus, para adequá-la à sua crença no livre-arbítrio, só pode se refugiar no irracionalismo contra as implicações filosóficas dessa vertente.

Permanece um mistério por que Geisler insistiu em redefinir uma terminologia que é comumente conhecida e aplicada por todos os lados envolvidos no debate. Em lugar de clarificar a discussão, ele a nublou, o que não serve a nenhum propósito e, na pior das hipóteses, engana aqueles que não estão familiarizados com a discussão. O mais irritante é que seu livro é embalado por um discurso pretensamente lógico e filosófico. Do calvinismo histórico, Geisler só mantém a doutrina da perseverança dos santos. Ele teria prestado um grande serviço a seus leitores se admitisse

simplesmente sua posição, em lugar de confundir o assunto com definições artificialmente impostas.

Examinar e responder a cada inexatidão achada em *Eleitos, mas livres* requereriam o espaço de um outro livro. O que mais se aproxima de uma resposta confiável aos argumentos de Geisler talvez seja o livro *Soberania banida*, de R. K. McGregor Wright (Cultura Cristã). Embora mencionado por Geisler duas vezes em seu livro, nenhuma interação é feita com tal obra. Para um bom estudo histórico honesto e erudito da controvérsia, o leitor encontraria subsídio no livro *Sola Gratia*, de R. C. Sproul (Cultura Cristã).

É lamentável que um autor que se propôs a defender a verdade (como de fato ele o faz em muitas outras obras) agora maquie a verdade para favorecer sua posição teológica. Talvez seja devido a essas evidentes fraquezas que a comunidade evangélica norte-americana tenha dado tão pouca atenção e importância a essa obra.